

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Índigenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetagens que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaliel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslauský e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO


PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLÓGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE


CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva


Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)


Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezaliel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ


Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Data de aceite: 03/08/2022

Glenda Almeida Matos Moreira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA.
E-mail: glenda.moreira@discente.ufma.br.

Jesus Marmanillo Pereira

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. E-mail: marmanillo.jesus@ufma.br.

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo examinar os estigmas e efeitos de lugar a partir do estudo da organização da Vila Esperança (comunidade localizada na cidade de Imperatriz - MA), com o intuito de identificar como se constroem as representações sociais em torno da ocupação urbana. Para tanto, será utilizada metodologia multissituada, tratando-se de pesquisa virtual em contato com líderes comunitários e pesquisa arquivística, em documentos históricos e jornalísticos. Para a compreensão do tema, serão utilizados os conceitos construídos por Jesus Marmanillo Pereira (2011) a respeito da categoria nativa “invasão”, o estudo de Medeiros e Pereira (2016) sobre atores sociopolíticos e processos de socialização, além de buscar demonstrar um tipo de campo – a partir de influência bourdiana, em torno dos atores e dos termos classificatórios. Assim, o objeto central do texto, a partir da organização da comunidade Vila Esperança, é

compreender a construção das representações sociais dessa ocupação urbana em Imperatriz - MA.

PALAVRAS-CHAVE: Estigma. Ocupação Urbana. Moradia. Representações Sociais. Imperatriz - MA.

TERRITORIAL STIGMAZATION: THE URBAN OCCUPATION OF VILA ESPERANÇA IN IMPERATRIZ - MA

ABSTRACT: This research aims to examine the stigmas and effects of place from the study of the organization of Vila Esperança (community located in the city of Imperatriz-MA), in order to identify how social representations are built around urban occupation. For this purpose, a multisited methodology will be used, dealing with virtual research in contact with community leaders and archival research, in historical and journalistic documents. To understand the theme, the concepts constructed by Jesus Marmanillo Pereira (2011) regarding the native category “invasion” will be used, the study by Medeiros and Pereira (2016) on socio-political actors and socialization processes, in addition to seeking to demonstrate a field – Bourdieu influence, around actors and classificatory terms. In conclusion, the intention of these observations, based on the organization of the Vila Esperança community, is the possibility of understanding the construction of social representations of urban occupation in Imperatriz - MA.

KEYWORDS: Stigma. Urban Occupation. Housing. Social Representations. Imperatriz - MA.

ESTIGMAZACIÓN TERRITORIAL: LA OCUPACIÓN URBANA DE VILA ESPERANÇA EN IMPERATRIZ - MA

RESUMEN: La presente investigación tiene como objetivo examinar los estigmas y efectos de lugar a partir del estudio de la organización de Vila Esperança (comunidad ubicada en la ciudad de Imperatriz-MA), con el fin de identificar cómo se construyen las representaciones sociales en torno a la ocupación urbana. Para ello se utilizará una metodología multisitio, en el caso de la investigación virtual en contacto con líderes comunitarios y la investigación de archivo, en documentos históricos y periodísticos. Para comprender el tema, se utilizarán los conceptos construidos por Jesús Marmanillo Pereira (2011) respecto a la categoría nativa “invasión”, el estudio de Medeiros y Pereira (2016) sobre actores sociopolíticos y procesos de socialización, además de buscar evidenciar un tipo de campo – de la influencia de Pierre Bourdieu, en torno a los actores y los términos clasificatorios. Así, el objeto central del texto, a partir de la organización de la comunidad de Vila Esperança, es comprender la construcción de las representaciones sociales de esa ocupación urbana en Imperatriz - MA.

PALABRAS CLAVE: Estigma. Ocupación Urbana. Asentamientos Populares. Representaciones Sociales. Imperatriz - MA.

1 | INTRODUÇÃO

Quando se faz uma busca geral de informações em veículos de comunicação e outras mídias sobre o bairro da Vila Esperança, localizado na cidade de Imperatriz – MA, é comum notar temas ligados a posse da terra e conquista de serviços públicos de um lado, e notícias e relatos de violência urbana de outro. Buscando escapar dessas primeiras visões espetaculares para compreender tais fatos em um contexto social, expressado tanto em termos de aspectos físicos no espaço, quanto na (re)produção de estigmas e representações, o presente artigo traz uma etnografia multissituada do referido bairro, visando compreendê-lo enquanto fenômeno social cultural invisibilizado e como campo de poderes evidenciado na imprensa.

Para tanto, partimos das contribuições de Pereira (2011) a respeito da categoria nativa “invasão”, do estudo de Medeiros e Pereira (2016) sobre atores sociopolíticos e processos de socialização, além de buscar demonstrar um tipo de campo (BOURDIEU, 1989) em torno dos atores e dos termos classificatórios. Por outro lado, complementar essa abordagem por um viés que compreenda o referido bairro, não como uma unidade autocontida em relação ao centro ou aos bairros ricos que o circundam, mas como complexidade sociocultural, de tensões e especificidade.

Nesse sentido, a pesquisa de campo foi orientada para demonstrar a Vila Esperança enquanto lugar cotidiano, observando-se sua organização e sua localização na cidade, relação com a vizinhança e enquanto representação social que emerge de um campo

de disputa que necessita ser explorado. Valemo-nos, portanto, de visitas de campo onde foram desenvolvidos diálogos com moradores e observações diretas. Após o início da pandemia tal trabalho foi continuado por meio de suportes tecnológicos como o Google Maps e Google Street View. Utilizamos também acervo fotográfico de 2014, 2020 e 2021, oriundo do Laboratório de Pesquisa sobre Cidades e Imagens (LAEPCI), de relatórios da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), de recortes jornalísticos e declarações públicas de agentes situados no referido campo. A partir dos dados e referenciais supracitados, sistematizamos o estudo em duas partes, nas quais será apresentada uma breve contextualização do bairro, dos principais atores e narrativas produzidas em torno dele.

2 | VILA ESPERANÇA: UMA OCUPAÇÃO URBANA

A comunidade está localizada a 8,7 km do centro da cidade, levando-se em consideração como ponto de partida a Praça de Fátima e o início da “Av. Vila Esperança” – nomeação da rua principal da comunidade analisada. Tanto no mapa e, mais detalhadamente, circulando pela região, observamos que se trata de uma área com menor concentração de habitações e edificações comerciais e maior existência de propriedades rurais no entorno: fazendas e chácaras ocupam grande parcela das áreas urbanas dos municípios vizinhos de João Lisboa e Davinópolis. De modo mais detalhado, pode-se considerar uma área de transição ou limite de densidades que caracterizam a periferia urbana e os locais das propriedades rurais.

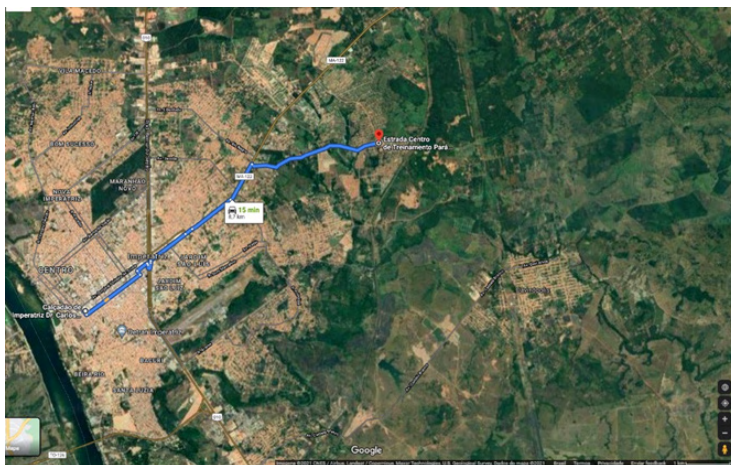


Imagem 1 - Distância entre o Centro (Prefeitura de Imperatriz) e a comunidade Vila Esperança.
Fonte: Google Maps

Para se ter noção do processo de ocupação, seguindo a Av. Bayma Júnior (Estrada do Centro de Treinamento Pará Bom Jesus no Google Maps) por mais 4 km adiante é possível chegar no Campus da Universidade Federal do Maranhão, construído em área de propriedade municipal durante o mandato do ex-prefeito Ildon Marques, cedida para uso de bem público por 20 anos, através da Lei Ordinária Municipal Nº 1.211/2007¹. Acerca dessas informações, o que nos chama atenção é que localmente tal área é classificada como fazenda do prefeito, o que pode trazer à tona vários significados que fogem ao escopo do trabalho aqui esboçado, mas que também reafirmam as características rurais observadas principalmente após o bairro.



Imagem 2 - Momentos da evolução histórica do lugar nos últimos 10 anos

Fonte: Google Earth, 2021 e Pereira (2017/2021).

1. http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/upload/leis/Lei_n%C2%BA_1211-07.pdf. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

Olhando mais de perto, e ao longo dos dez últimos anos, é possível verificar mudanças substanciais na paisagem do trecho adjacente ao acesso da Av. Vila Esperança. Na Imagem 2 trazemos uma montagem composta por uma captura raríssima do Google Earth e de fotografias realizadas em campo, nos anos de 2017 e 2021.

Na primeira imagem (2011), observamos elementos de paisagem rural, sendo possível verificar uma estrada de piçarra (Av. Bayma Junior), vegetação nas margens da estrada e presença de gado no lado direito. Já em 2017, no segundo registro, notamos a presença do asfalto na mesma avenida, linhas de energias e habitações, deixando claro o encontro da Av. Bayma Junior (asfaltada) com a Av. Vila Esperança (de piçarra). O registro de 2021 foi realizado do lado mais baixo da área observada e é possível verificar de perto pequenas edificações comerciais no primeiro plano da imagem, e a parte mais alta (mencionada anteriormente) de acesso a Av. Vila Esperança, no segundo plano da imagem.

Considerando o estudo de Loizos (2002) notamos que o conjunto de registros apresentados na imagem 2 podem ser compreendidos como testemunhos de mudanças na paisagem nos âmbitos da densidade populacional, modo de vida e urbanização de Imperatriz - MA. Nesse sentido, a compreensão do bairro Vila Esperança significa, antes de tudo, buscar assimilar o processo social de construção e classificação do lugar, pois, como demonstrado brevemente, nem sempre a paisagem foi a mesma que observamos atualmente, ou seja, seu entendimento passa também pela análise da ação humana no espaço e seus significados sociais no âmbito das relações e classificações estabelecidas em relação à comunidade analisada.

Na busca de imagens que demonstrassem o processo de construção do lugar, verificamos um verdadeiro vazio de informações. As imagens do Google Street View (recurso do qual extraímos o frame para composição apresentada anteriormente) remetem ao ano de 2011 na Av. Bayma Junior, não sendo possível elencar uma mudança histórica mais detalhada da paisagem, nem adentrar na principal avenida do bairro. Contudo, observamos que entre 2017 e 2021 ocorreram mudanças significativas na Av. Esperança, primeiramente com o ordenamento do logradouro que passou, respectivamente, de sinuosa e extremamente rústica para ordenada por tratores e aprimorada com piçarra.



Imagem 3 - Av. Esperança

Fonte: Pereira (2017/2021).

O surgimento de comércios é um fator a ser destacado e que pode ser diretamente relacionado à distância do lugar até os centros comerciais mais próximos, que em 2017 eram nos bairros da Vila Lobão, Vila Nova ou na cidade vizinha de João Lisboa, localizados a uma distância próxima de 5 km. Em 6 de março de 2017, caminhamos ao longo dessa avenida e observamos alguns locais que vendiam refeições prontas, lanchonetes como, por exemplo, a Bom Sabor e pequenas placas que anunciavam venda de produtos como cuscuz, bolo, café, leite e cerveja.

Nos dois últimos anos notamos mudanças já no início do logradouro com a existência de comércios como o do Joaquim da Cobra Merceria, localizado no início da Avenida e caracterizado pela pintura de um homem domando uma cobra na parede, enquanto uma mulher está montada no réptil. No outro extremo da avenida verificamos oficinas automotivas e uma série de estabelecimentos como, por exemplo, o Açougue Boa Esperança, Salão Sport, Construções JT, entre outros que apontam que o lugar passou a

construir uma dinâmica econômica e social no interior do próprio bairro. Esse trabalho de transformação da paisagem também foi observado, como se nota nessa casa de frente rosa com as cadeiras brancas na entrada, observada na Imagem 4.



Imagem 4 - Cláudia Mercantil

Fonte: Pereira (2017/2021).

Por meio da relação entre observação online e etnográfica local (FRÚGOLI JR; CHIZZOLINI, 2017), verificamos, em 2021, que a edificação da imagem 4 estava marcada no Google Maps (Imagem 5) como o “Cláudia Mercantil: secos e molhados”. Essa plataforma nos possibilitou visualizar mudanças na edificação (Imagem 5) por meio de uma fotografia postada em 2018: nela é possível ver a frente toda rebocada e pintada, uma caixa de isopor, as cadeiras brancas e o anúncio de comercialização de frango, linguiça, verduras e a panelada que é um prato típico bastante popular². Essa marcação foi visualizada 2.159 vezes e sinaliza bem um contraste entre a conexão comunicativa promovida pela moradora e a ausência de serviços públicos no bairro. As duas cadeiras viradas para a rua, na frente do mercantil, sinalizam um tipo de sociabilidade, tempo e laços que já não existem no moderno comércio de médias cidades como Imperatriz - MA.

2. DOMINGO ESPETACULAR, Achamos no Brasil: a panelada que faz sucesso entre os sertanejos do Maranhão. São Paulo: Record, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FdYNm9PtzQ0>. Acesso em: 12 maio 2021.

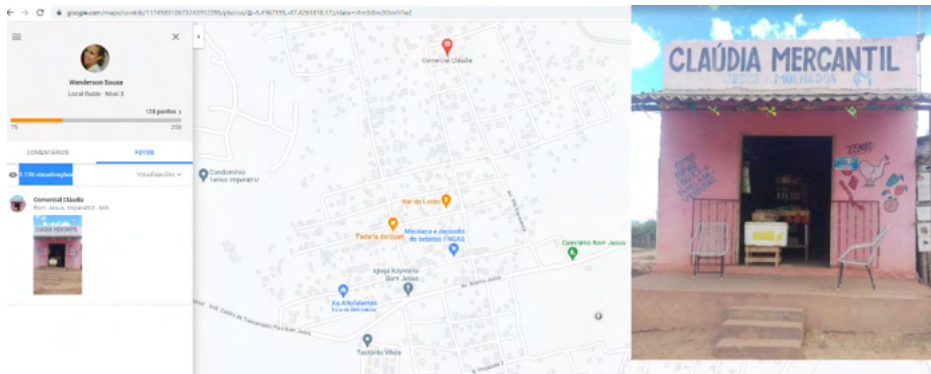


Imagem 5 - A existência online do Cláudia Mercantil e da Vila Esperança

Fonte: Google Earth³.

A marcação de Cláudia Mercantil no Google Maps nos possibilitou ainda visualizar outros estabelecimentos como o Bar do Lorão, a Padaria Dom Juan, a Mercearia e depósito de bebidas FNGAS. Além desses locais, há outros espaços de sociabilidades construídos e observados nas visitas à Vila Esperança, como as Igrejas Assembleia de Deus Fonte do Trono e Congregação Fonte de Luz, Igreja Koynonia, além de espaço reservado para construção posterior de igreja católica.

Segundo o “Relatório de Triagem - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040”, formulado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, fornecido pela Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade – COECV:

A ocupação é consolidada, a comunidade está há um ano no local. Segundo os moradores, há aproximadamente, mil pessoas morando no local. As construções são de matérias, madeira, alvenaria e barro. Há comércios e a comunidade preparou a ocupação para futura urbanização, reservando locais para equipamentos sociais. Há consideráveis níveis de convívio, os moradores também usam a terra para produzir alimentos para subsistência (SEDIHPOP, 2016).

No início de 2020, marcamos um encontro com a secretária da Associação de Moradores da Vila Esperança, Dona Odacy⁴, na qual se conversou sobre a formação da comunidade e em que a liderança relatou que o estudo realizado pela COECV em 2016 anotava que 300 famílias moravam no local, ou seja, em torno de 1.200 pessoas, mas

3. https://www.google.com/maps/contrib/117458310573243912285/photos/@-5.4926613,-47.4263427,3a,75y,90t/data=!3m7!1e2!3m5!1sAF1QipNQUJ1Zrrg1LXcmAz99CTzVym7IzU2_aDWVqTZ7!2e10!6shttps:%2F%2F1h5.googleusercontent.com%2Fp%2FAF1QipNQUJ1Zrrg1LXcmAz99CTzVym7IzU2_aDWVqTZ7%3Dw365-h487-k-no!7i959!8i128014m3!8m2!3m1!1e2 Acesso em: 12 de maio de 2021.

4. Dona Odacy Ribeiro é liderança na comunidade e seu contato foi conseguido através dos dados solicitados à COECV. A conversa aconteceu na mercearia Joaquim da Cobra, em frente ao Cemitério do Bom Jesus (entrada da Av. Vila Esperança) ponto de referência para a localização da comunidade.

que já no ano de 2020 o número de moradores ultrapassava 2.000 pessoas. Também foi informado que a área da Vila Jackson Lago, ocupação um pouco mais antiga, fica do lado esquerdo da Av. Vila Esperança, enquanto a Vila Esperança se localiza do lado direito. Os relatos de Dona Odacy são bastante assemelhados aos dados constantes no “Relatório - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040”, construído pela COECV em 2017:

Considerando a quantidade de famílias identificadas na ocupação (cerca de 1000 – mil – pessoas), somadas às da ação nº 7863-09.2015 (cerca de 2000 – duas mil) relativamente à esta área contígua, mostra-se imprescindível a adoção de medidas que resguardem os direitos fundamentais das pessoas que sofrerão com o cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse. (COECV, 2017, p. 03).

Ainda na conversa em fevereiro de 2020, foi possível perceber, ao menos em uma primeira impressão, a interação dos moradores com Dona Odacy Ribeiro. Muitos a cumprimentavam, pediam para falar com ela, enquanto outros, de longe, levantavam os celulares e filmavam nossa passagem. Na rua onde estava sediado o barracão da Associação de Moradores havia um homem e duas mulheres capinando e limpando a área ao redor, também filmaram a nossa passagem e perguntaram o que estávamos fazendo por ali. Dona Odacy explicou que aqueles moradores estavam limpando pois, no dia seguinte, iria acontecer um curso de manicure e design de sobrancelhas promovido pela Secretária de Desenvolvimento Social de Imperatriz⁵, Janaína Ramos.

Sobre a vizinhança da Vila Jackson Lago e Vila Esperança, à esquerda, o Condomínio Teriva Imperatriz distribui de modo equidistante suas divisões em lotes, bem como ocorre já no Residencial Verona, também vizinho das “Vilas” na parte norte da Av. Vila Esperança, justamente quando essa finda e quando o asfalto começa.

É visível a diferença de manejo espacial nas comunidades e no residencial. Ao Norte, no Verona, observam-se amplos terrenos vazios, com separação de largas quadras, todas pavimentadas. Abaixo, na Vila Jackson Lago e Vila Esperança, moradias que se organizam de acordo com os relevos naturais, em diferentes tamanhos.

Importante ressaltar, mais uma vez, que todas as estradas da Vila Esperança são de terra batida e o que marca a fronteira de início do Residencial Verona é justamente o asfalto, tendo em vista que muitos lotes do Condomínio ainda não foram construídos, outros não foram comprados. Nos lotes em que já há casas, a maioria conta com pelo menos 2

5. No contexto da cidade e do Estado, governos municipal e estadual são opositores. Essa oposição pode ser observada a partir da diferença ideológica entre os partidos: o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, se elegeu em 2016 pelo PMDB e se reelegeu com nova filiação – DEM, mas sua base de apoio permaneceu a mesma, observando-se os partidos coligados; por outro lado o governador Flávio Dino é filiado ao Partido Comunista do Brasil – Pcdob. No entanto, em que pese coligações não definirem oposição em absoluto (tendo em vista que o governo estadual do Pcdob também coliga com o DEM), para as eleições municipais de 2020, o governador apoiou o candidato de seu partido, o deputado estadual Marco Aurélio. (DEM, 2020), (DISPUTA, 2020).

pavimentos, energia solar, muros altos, cercas elétricas, arames farpados eletrificados e câmeras. Aliás, além das câmeras das casas, há câmeras nas ruas, com placas de aviso “você está sendo filmado”. Abaixo, em fotos recentes, fevereiro de 2021, podemos observar essa descrição:



Imagem 6 - Duplex Residencial Verona

Fonte: Pereira (2017/2021).

Em contraposição a essa realidade do Verona, de acordo com documento enviado pela SEDIHPOP (Levantamento Ocupação Boa Esperança – ITZ), é possível observar que do número de 187 casas mapeadas (em 2016), a maior parte das residências ainda era de taipa (45) e madeira (91), revelando a realidade de famílias que viviam com uma renda entre zero e, no máximo, R\$ 2.980,00. Um contraste que partia do “invisível” para o visível, de dentro para fora.

Porém, apesar das diferenças materiais e simbólicas que compunham aquelas paisagens, interessante foi observar que, no contato em fevereiro de 2020, Dona Odacy interagia de modo amistoso com uma das moradoras do Residencial Verona que morava mais proximamente da Vila Esperança. Odacy explicou que havia ali uma doação de água por moradores do Residencial aos moradores da Vila Esperança, tendo em vista que, de modo geral, não há distribuição de água na localidade, constando-se apenas dois escassos poços artesianos abertos clandestinamente. As interações, portanto, não são apenas de conflito e oposição, mas diversas e variadas, como em outras interações sociais.

3 | “INVASÃO” NA MÍDIA IMPERATRIZENSE: ESTIGMATIZAÇÃO TERRITORIAL

Compreendemos que um aspecto teórico-metodológico relacionado aos estudos

dos estigmas (GOFFMAN, 2008) é a sua manifestação por meio das interações face a face estabelecidas entre os atores sociais. Na impossibilidade da realização de observações diretas durante o período pandêmico iniciado em março de 2020 e, conseqüentemente, de efetivação do acompanhamento cotidiano das principais lideranças do bairro, nosso caminho metodológico foi tentar notar diferenças de caracterização dos lugares nas paisagens e a maneira como eram classificados por diferentes atores sociais em documentações compostas por reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos públicos de outras lideranças locais.

A respeito da estigmatização territorial (WACQUANT, 2017) em que a Vila Esperança está inscrita, observamos a relevância da pesquisa em matérias jornalísticas e informativas, a partir da catalogação de 20 (vinte) veículos de comunicação locais e estaduais, nos quais foram destacadas 47 (quarenta e sete) matérias que tratavam especificamente da ocupação urbana descrita majoritariamente nas manchetes como “invasão” (palavra repetida em 13 títulos) e “área invadida” (4 manchetes). Tais matérias foram colhidas em observação ao contexto local, partindo-se de editorial lançado pelo Jornal *O Progresso*, traçando uma rede de relações e interações entre os veículos de comunicação que reproduziam representações similares e dissonantes ao referido texto opinativo. A categoria nativa “invasão”, há de se ressaltar, não é mero acaso ou apenas uma categorização midiática sem significação social, a sua construção diante da luta por moradia no Maranhão remonta a outros contextos, como teceremos a seguir.

Jesus Marmanillo Pereira (2011), em sua dissertação a respeito da luta por moradia na cidade de São Luís (capital do estado do Maranhão), a fim de apresentar a categoria nativa “invasão”, descreve que:

[...] percebeu-se que o termo “moradia” foi verbalizado em situações específicas [...] sinalizando um tipo de visão de mundo de determinados agentes vinculados ao exercício da área jurídica e que concebiam a moradia enquanto direito. **Contrariamente, o termo “invasão” é muito mais suscitado entre empresários ou pessoas que desejavam atribuir um sentido econômico para a terra [...].** (p. 15-16, grifo nosso)

Portanto, apontando-se essa categoria nativa como relevante e reiteradamente utilizada pelos veículos de comunicação maranhenses (tendo em vista que o trabalho de Marmanillo remonta às décadas de 70 e 80, já sendo possível identificar o uso do termo de modo substancial), compreende-se que a denominação de “invasão” sobre determinado local “simboliza um processo de disputa de versões sobre os fatos conflituosos” (PEREIRA, 2011).

É preciso compreender que essas caracterizações são significativas, ou seja, são

representações sociais do sistema de ideias vigente (em determinado local e tempo), ligadas à vida social, ao cotidiano. De acordo com Minayo (1995, p. 94) citando Weber, “cada sociedade para se manter necessita ter concepções de mundo abrangentes e unitárias e que, em geral são elaboradas pelos grupos dominantes”, como exemplo, atualmente a visão de mundo protestante preponderante é a de que adquirir riquezas é a finalidade do homem para alcançar a glória de Deus, concepção absolutamente contraditória com as visões a respeito da glória divina que eram construídas culturalmente pela Igreja em períodos históricos anteriores (WEBER *apud* MINAYO, 1995, p. 93), o que demonstra que tais conceitos são construídos culturalmente, de acordo com cada época e lugar.

Compreendemos, assim, que a representação social, por se tratar de elemento construído culturalmente, não está circunscrita apenas à imprensa e não é confeccionada somente na mídia, porém, os meios de comunicação são influenciados pelo conjunto de ideias vigentes, além de contribuírem para a formação das representações sociais, em um ciclo mútuo e contínuo. Dessa forma, analisemos a seguir trecho de matéria jornalística veiculada pelo site do jornal O Estado (2015) intitulada *Rildo Amaral⁶ denuncia ‘indústria da Invasão’ em Imperatriz* (18/11/2015):

O vereador Rildo Amaral (SDD) movimentou hoje a Câmara Municipal de Imperatriz durante pronunciamento sobre a “indústria da **invasão**”. Ele denunciou que a **invasão** de terreno tem se proliferado nos últimos meses em diversos **bairros**, contribuindo para o **aumento dos problemas sociais em Imperatriz**. “Tenho raiva de **invasão**; fato que condeno qualquer mau-caráter dessa cidade que queira atribuir minha imagem a **invasão**”. (grifo nosso)

Como caracteriza Pereira (2011), a utilização do termo “indústria da invasão” está vinculada à ideia da discriminação de “agentes que utilizavam o problema da moradia como questão eleitoreira” (p. 43). No trecho, podemos observar que um representante da Câmara de Vereadores de Imperatriz - eleito com a finalidade de expressar os anseios sociais e proteger os direitos e garantias da população, incluso nestes o direito à moradia - demonstra imenso repúdio ao que chama de “invasão de terreno”. Interessa notar que o vereador de oposição – Hamilton Miranda (PMDB) - elogiou o posicionamento do colega de Câmara. Com tais afirmações, pode-se observar que a representação social não se fixa nem é construída apenas pela mídia e imprensa, mas que se caracteriza nas declarações públicas de uma série de atores sociais.

Diante das 47 (quarenta e sete) matérias colhidas para esta pesquisa, chamou-nos a atenção o editorial⁷ intitulado *Bomba Social*, que foi publicado na edição do Jornal O

6. Frise-se que Rildo Amaral (Solidariedade), vereador por dez anos em Imperatriz, hoje ocupa a vaga de deputado estadual.

7. Texto que delimita e expressa a opinião de um periódico sobre determinado assunto.

Progresso (19/08/2017). Nesse texto, o jornal aponta a Câmara de Vereadores de Imperatriz como marcada por uma “grande maioria se manifestando a favor dos invasores”. Ao mesmo tempo em que insere a ideia de que existam, naquele local, aproveitadores políticos que se beneficiam dessa situação, o jornal sugere aos Governos Municipal e Estadual que não façam a desapropriação e regularização da área, pois estariam estimulando as ações de invasão. No âmbito da luta de classificações, o editorial posiciona-se com seguinte justificativa: “Referimo-nos à invasão, que os ‘espertalhões’ preferem amenizar chamando de ocupação, de uma área do bairro Bom Jesus, que já foi batizada de Vila Jackson Lago”⁸ (BOMBA, 2017).

Problematizando essa fonte de informação, vale salientar que o jornal *O Progresso* existe desde a década de 1970. Ele foi fundado pelo empresário gráfico José Matos Vieira, considerado proprietário do jornal, e Raimundo Jurivê Pereira Macedo, que foi o primeiro editor do Jornal *O Progresso*. Da biografia desse último, vale ressaltar que foi chefe da construtora Norte, subsidiária da Rodobras, na abertura da Belém-Brasília e foi procurador-geral do município durante a gestão de Ildon Marques (1995-2000). Atualmente, verificamos que expediente⁹ do periódico é composto por Sergio Godinho, que é vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII)¹⁰ e por Coriolano Filho, que, além de editor chefe, colabora com o jornal *O Estado do Maranhão*, tal como Raimundo Jurivê Pereira Macedo, nos tempos passados.

Nessa primeira e rápida observação sobre os quadros profissionais do periódico, verificamos que politicamente há uma relação com a região do Bom Jesus, local onde se localiza a Vila Esperança e, também, os terrenos do ex-prefeito Ildon Marques que foram cedidos para a Universidade Federal do Maranhão em 2007. Assim, percebemos que o posicionamento do periódico em relação aos vereadores que defendiam as ocupações no “Bom Jesus” não pode ser desvinculado de uma construção histórica e social do próprio jornal, cujo expediente foi composto de profissionais com experiência em construtoras e nas associações de empresários e administração municipal, sinalizando a existência de um campo (BOURDIEU, 1989) cujas posições caracterizam tanto interesses privados quanto públicos. Para endossar o viés econômico “do periódico” sobre as terras urbanas, verificamos, no site da Receita Federal do Brasil, que um dos proprietários do Jornal *O Progresso* – Sérgio Antonio Nahuz Godinho - também fez parte do quadro de sócios da empresa Contacto Empreendimentos Imobiliários S/C LTDA por 43 anos¹¹.

8. Vale salientar que a Vila Jackson Lago é vizinha a Vila Esperança.

9. <https://oprogressonet.com/conteudo/4/expediente>. Acesso em: 3 de abr. de 2021.

10. <https://www.aciima.com.br/acii-e-50o-bis-ratificam-parceria-visando-desenvolvimento-de-imperatriz/>. Acesso em: 1 de maio de 2021.

11. <https://transparencia.cc/dados/cnpj/05701180000152-MA-contacto-empreendimentos-imobiliarios-s-c-ltda/>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

Provavelmente essas informações não podem ser desvinculadas do fato de que observamos a palavra “invasão” repetida 44 vezes em um conjunto de 16 matérias obtidas nos jornais: *O Progresso* (16 vezes, em 9 matérias); *Imirante* (18 vezes, em 6 matérias) e *O Estado* (10 vezes, em 1 matéria). O dado demonstra que nesses três meios de comunicação que circulam na cidade de Imperatriz, o termo “invasão” possui certa densidade. Portanto, as representações sociais de “invasor” e “morador”, de “invasão” e “bairro” veiculadas nos meios de comunicação se constroem a partir dos interesses envolvidos na realidade social, se notarmos que o referido periódico sugeria a existência de “espertalhões” beneficiados com a situação, e vereadores que estimulavam as “invasões”. No ano seguinte, os ânimos acirraram-se ao ponto de a criminalização contra as populações ocorrer de forma mais direta, como é possível verificar no trecho:

Os prejuízos na **Invasão do Bom Jesus**, continuam. Além da **invasão, que por si só já um crime**, está havendo, também, **furto de energia elétrica** e água (os famosos gatos). Nessa segunda-feira (6), por exemplo, essas **gambiarras provocaram falta de energia em boa parte do loteamento Verona**. (NASCIMENTO, 2018, grifo nosso).

Angra Nascimento é jornalista da cidade de Imperatriz e trabalha no blog *Angra Notícias* e no site *Imirante*. Verificamos que ela escreveu 6 matérias sobre a Vila Esperança que contabilizam um total de 24 repetições da palavra “invasão”. A jornalista também foi condenada a retirar de seu portal de notícias a falsa comunicação de que o Sr. Juracy Nascimento de Andrade (Presidente da Associação da Vila Jackson Lago) comercializava lotes na “invasão ilegal” da Vila Esperança.¹²

Enquanto isso, verificamos no jornal *Correio MA* (01/11/2018) a notícia *Vila Esperança “respira aliviada” após TJMA suspender reintegração*¹³, demonstrando posição totalmente oposta em relação ao estigma desenvolvido pelos outros meios analisados até então. Da reportagem do *Correio MA* destacamos o seguinte trecho:

Cerca de **2.000 famílias** comemoram a notícia de que o Tribunal de Justiça do Maranhão suspendeu a reintegração de posse da Vila Esperança, bairro que começou a ser formado em abril de 2015 com a ocupação de uma área na região do bairro Bom Jesus. **Elas deveriam deixar o local até o próximo dia 13, ou sair nesta data sob aparato policial, que estava sendo montado com homens do 14º BPM, 3º BPM e Esquadrão de Polícia Montada (Epmont), para dar suporte ao cumprimento do mandado de reintegração de posse à empresa reclamante do terreno.** “Não vai ser mais preciso, graças a Deus. Não temos para onde ir, se sairmos daqui vamos ter que voltar a pagar

12. Tal informação consta no Processo n. 0811373-89.2018.8.10.0040, da Primeira Vara Cível de Imperatriz – MA, coletado na página Jusbrasil. (<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/679800698/andamento-do-processo-n-0811373-8920188100040-processo-judicial-eletronico-26-02-2019-do-tjma>). Acesso em: 12 de abr. de 2021.

13. <https://www.correio.ma.com.br/noticia/1632/vila-esperanca-respira-aliviada-apos-tjma-suspender-reintegracao>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

aluguel. Eu, por exemplo, não tenho condições. Esperamos que não tenha outra mudança”, disse o autônomo Alex Pereira. A secretária da Associação de Moradores da Vila Esperança, **Odaci Ribeiro, explicou que a decisão pela suspensão por enquanto é temporária, “mas a gente pode pelo menos respirar um pouco mais aliviada enquanto se tem uma decisão definitiva”**. Ela explicou que o novo mandado de reintegração de posse da área era relacionado ao primeiro processo com o qual a parte reclamante ingressou na Justiça, e que este já havia sido suspenso (CORREIO, 2018, grifo nosso).

Tanto pelos estudos de Pereira e Medeiros (2016), quanto pelos de Pereira (2011), verificamos que o termo “família” era geralmente associado ao direito social da terra e bastante utilizado por padres e comunidades eclesiais de base, durante os conflitos pelo solo urbano em São Luís, durante a década de 1980, enquanto “invasão” era o termo mais utilizado por proprietários de terra e empresas. A utilização do termo pelo periódico não está dissociada do fato de se tratar de um jornal que possui relação com professores universitários, administradores públicos e partidos, locais, relacionados com bandeiras fortemente sociais (PT e PC do B).

Tal como verificado nas pesquisas de Pereira e Medeiros (2016), durante a década de 1980, notamos que a reportagem também enfatiza uma relação entre populações fragilizadas (famílias desamparadas) versus o esquadrão da polícia montada e empresários. O trecho fornece visibilidade para moradores sem opção de moradia e Odaci Ribeiro, que pode ser considerada um intermediário culturalmente favorecido (LENOIR, 1996) que sempre busca soluções para o problema social enfrentado por aquela população.

Os termos de conotação mais social também ganham destaque nos textos produzidos pelos órgãos de comunicação de instituições públicas, como se pode verificar no seguinte quadro:

INSTITUIÇÕES	MATÉRIAS	TERMOS	FREQUÊNCIA
SECOM – Prefeitura de Imperatriz	8	Invasão	1
		Bairro ¹⁴	12
		Ocupação	4
		Comunidade ¹⁵	5
		Área ocupada	2
SECOM – Defensoria Pública do Maranhão	2	Comunidade	5
SECOM – PMMA	1	Invasão	1

Quadro 1- Instituições públicas e suas classificações sobre a Vila Esperança, Fonte: Autores (2021).

Com exceção da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, as outras duas instituições, diretamente envolvidas no caso da Vila Esperança, utilizam o termo “invasão”. Contudo, é importante destacar que no âmbito da comunicação municipal outros termos como “bairro”, “ocupação”, “comunidade” e “área ocupada” também são utilizados. Ao catalogarmos 47 materiais de sites, jornais impressos e vídeos relacionados ao tema do solo urbano, na cidade de Imperatriz - MA, verificamos que a palavra “invasão” foi repetida 84 vezes e “área invadida” 12 vezes, em contraposição às formas “ocupação” (10 vezes), “bairro” (19 vezes) “comunidade” (21 vezes). Note-se o trecho abaixo coletado do site da Prefeitura Municipal de Imperatriz (CARVALHO, 2021):

Os **moradores das vilas Jackson Lago e Esperança** começam a ser beneficiados com a **implantação do serviço de posteamento**, executado pela empresa concessionária de energia elétrica e acompanhado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sinfra. Objetivo é preparar todo **bairro para receber iluminação pública de qualidade**, visando garantir mais segurança à população no grande Bom Jesus [...] prefeito Assis Ramos que luta para **regularizar os posseiros para que todos tenham, efetivamente, sua documentação em mãos** como legítimos proprietários da área.”. (grifo nosso)

A situação jurídica da propriedade e de reintegração de posse da Vila Esperança e Vila Jackson Lago não se modificou entre 2016 e 2021, ano no qual, de acordo com documento “2018-10-10 - Resumo de Caso - 5477-06.2015.8.10.0040”, expedido pela COECV, “foi proferida decisão determinando que a CEMAR não implementasse rede

14. Primeira matéria em que há reiterada referência à condição de bairro da Vila Jackson Lago: Cidade Nova, Vila União e Jackson Lago recebem programa de melhorias de ruas e avenidas (23.10.2020).

Primeira matéria em que há reiterada referência à condição de bairro da Vila Esperança: Prefeitura trata do posteamento dos Bairros Vila Esperança e Jackson Lago (01.12.2020).

15. Todas as matérias da SECOM – Prefeitura de Imperatriz a respeito da Vila Esperança (ou da Vila Jackson Lago) iniciam a partir do dia 30.07.2019. Interessante observar que posteriormente a essa data o Jornal *O Progresso* traça novo tom às suas matérias.

elétrica na área, pois o objeto ainda estava em litígio, e para que fossem retiradas as ligações irregulares, feitas através de gambiarra por se constituírem em crime” (COECV, 2018). Tanto em 2016, em que o Estado repudiava a ligação elétrica do “objeto em litígio”, quanto em 2021, em que o Estado passou a preparar o “bairro para receber iluminação pública de qualidade”, a situação no judiciário permanecia a mesma: litígio pela posse e propriedade do local.

Perceba-se que se a realidade social muda, também mudam as representações. O Jornal *O Progresso*, a partir de 12/03/2021, em matéria intitulada *Prefeitura inicia processo de demarcação de áreas institucionais nas vilas Jackson Lago e Esperança*, replica em texto o posicionamento da prefeitura de Imperatriz, que desde 07/12/2019¹⁶ vem demonstrando aproximação com a Vila Esperança e a Vila Jackson Lago. De modo similar, a jornalista Angra Nascimento, em seu portal de notícias, em 13/05/2021, escreve em manchete *Vilas Jackson Lago e Esperança começam a receber mais de 200 postes de energia elétrica*, posicionamento diametralmente oposto da matéria de 08/08/2018 (*Continuam prejuízos na Invasão do Bom Jesus, em Imperatriz*), também veiculada em seu blog pessoal. Portanto, as representações e estigmas não se estratificam e seguem os cursos das interações entre os atores sociais interligados em redes de relações.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a organização da comunidade Vila Esperança, processo que aconteceu em conjunto com a formação de sua comunidade vizinha (Vila Jackson Lago) e o crescimento de empreendimentos imobiliários nas fronteiras da cidade, é possível depreender alguns entendimentos. Primeiro, estudar a formação da Vila Esperança enquanto lugar cotidiano, partindo de sua formação e localização na cidade, além de perceber as relações construídas com a vizinhança e as representações sociais de dentro e de fora como um campo de disputa que necessita ser explorado.

Como segunda observação relevante, vê-se que as representações sociais de “bairro” e “invasão” são construídas, não são *a priori*, nem dizem respeito a designações puramente jurídicas, ou urbanísticas. No contexto social de Imperatriz, as representações observadas nos meios de comunicação fazem parte de um esquema social em que tanto a mídia veicula o que foi tecido nas relações de interesses entre os indivíduos e grupos sociais, quanto também atua como construtora dessas “visões de mundo” reiteradamente publicizadas.

16. *Secretaria Municipal de Regularização Fundiária busca solucionar ocupação no Bom Jesus*. Disponível em: <<https://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/regularizacao-fundiaria/secretaria-municipal-de-regularizacao-fundiaria-busca-solucionar-ocupacao-no-bom-jesus.html>>. Acesso em 05 dez. 2020.

Assim, ao analisar o uso do termo “invasão” nos veículos de comunicação para designar ocupações urbanas em São Luís nas décadas de 70 e 80 (categoria nativa apresentada no trabalho de Marmanillo, 2011), como local de disputa de versões, observa-se operação similar na mídia imperatrizense ao tratar das comunidades Vila Esperança e Vila Jackson Iago, designando-as comumente como “grande invasão do Bom Jesus”. Nesse caso, nega-se a identificação das comunidades, suas possíveis distinções e forma-se uma nova designação a fim de demonstrar discurso contrário àquelas ocupações.

Em um terceiro ponto, necessário observar que as “invasões” são apresentadas a partir dos estigmas territoriais, reforçando-se a perspectiva de um lugar de excluídos, ou, como visto no desenvolvimento desse artigo, são representados na grande imprensa como um lugar de “oportunistas”, “invasores”, enfim, de “cidadãos de classe mais baixa”. São excluídos também desse processo de construção da representação social, pois não tem suporte para influenciar os meios de comunicação.

Ademais, o papel da mídia, ao contrário do que pode parecer distraidamente, não é apenas reproduzir as realidades sociais e exprimir os fatos. Nem é apenas o trabalho de selecionar o que é fato jornalístico daquilo que não o é. Os meios de comunicação selecionam, reproduzem e constroem representações sociais, a partir da realidade social, contribuindo para as categorizações das ocupações dos lugares e dos espaços compreendidos como estigmatizados.

Por fim, apesar das representações não serem estáticas ou imutáveis e, dessa maneira, a ocupação do espaço urbano, observando-se como exemplo a cidade de Imperatriz e mais especificamente a comunidade da Vila Esperança, organiza-se a partir de elementos que são tanto de ordem econômico-estrutural, como também leva em consideração as representações sociais e culturais dos lugares, incluindo-se a mútua influência desses fatores, em processo cíclico de interferência dos atores sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Lisboa: Difel, 1989.

FARIA, Louise Scoz Pasteur de. Etnografia na pandemia: algumas experiências de trabalho de campo. **IFCH UFRGS**, Rio Grande do Sul, 06 maio 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/etnografia-na-pandemia-algumas-experiencias-de-trabalho-de-campo-1>>. Acesso em: 30 out. 2020.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **Desigualdades e participação improvável**: contestando subjetividades subalternas no movimento de moradia de São Paulo. 2018. 1 recurso online (317 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/332371>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

FRÚGOLI JR, Heitor; CHIZZOLINI, Bianca Barbosa. Relações entre Etnografia Face a face e Imagens do Google Street View: Uma pesquisa sobre Usuários de Crack nas Ruas do Centro de São Paulo. **GIS - Gesto, Imagem E Som - Revista De Antropologia**: São Paulo, v. 2, n.1, p.11-36, maio, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, P., LENOIR, R., MERLLIÉ, D. e PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, Vozes, 1996. p. 59 -106.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**/ Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1994). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI, P. (orgs.), **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 89-111.

PAUGAM, Serge. Afastar-se das prenoções. In: PAUGAM, Serge (coord). **A Pesquisa Sociológica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015. p. 17-32.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Engajamento militante e a “luta pela moradia em São Luís” entre as décadas de 1970 e 1980**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

PEREIRA, Jesus Marmanillo; CARNEIRO, Antonia Eliane Lobo; PEREIRA, Ana Paula Pinto. O Google street e as imagens da cidade: Experiências e diálogos de pesquisas urbanas no sudoeste do Maranhão. **Sociabilidades Urbanas**, p. 83, 2019. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V3N9%202019%20B7%20N%C3%BAmeros%20Anteriores%20V3N7%20mar%C3%A7o%202019.pdf#page=83>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PEREIRA, Jesus Marmanillo; MEDEIROS, Rogério de Souza. O papel da produção e circulação de panfletos na construção do “movimento por moradia” no Maranhão. **Revista de Estudos e Investigações Antropológicas – REIA**, p. 77-92, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/230040/24218>>. Acesso em: 30 maio 2021.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 16, 2017. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2365>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

BOMBA social. **O Progresso**, Editorial, Imperatriz, 19 de ago. de 2017. Disponível em: <<http://www.oprogreso-ma.com.br/editorial/bomba-social/82588.html>>. Acesso em: 20 ago. de 2020.

CARVALHO, Gil. Vilas Jackson Lago e Esperança começam a receber mais de 200 postes de energia elétrica. **Prefeitura Municipal de Imperatriz - SINFRA**. Imperatriz, 13 maio de 2021. Disponível em: <<http://www.imperatriz.ma.gov.br/noticias/vilas-jackson-lagoa-e-esperanca-comecam-receber-mais-de>>

200-postes-de-energia-eletrica.html >. Acesso em: 18 maio de 2021.

DEM e partidos aliados confirmam Assis Ramos para disputar a reeleição. **O Progresso**, Imperatriz, 17 de set. de 2020. Disponível em: <<https://oprogressonet.com/noticia/1173/dem-e-partidos-aliados-confirmam-assis-ramos-para-disputar-a-reeleicao>>. Acesso em: 26 maio de 2021.

DISPUTA em São Luís expõe racha na base de Flávio Dino. **IstoÉ**, São Paulo, 28 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/disputa-em-sao-luis-expoe-racha-na-base-de-flavio-dino/>>. Acesso em: 26 maio de 2021.

IMPERATRIZ: Cadáver é encontrado no Bom Jesus. **Folha do Bico**, Imperatriz, 14 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://www.folhadobico.com.br/imperatriz-cadaver-e-encontrado-no-bom-jesus/>>. Acesso em: 01 mar. de 2021.

JUSTIÇA determina reintegração de posse de área invadida em Imperatriz. **G1 MA**, Imperatriz, 24 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/07/24/justica-determina-reintegracao-de-posse-de-area-invadida-em-imperatriz.ghtml>>. Acesso em: 25 fev. de 2021.

NASCIMENTO, Angra. Continuam prejuízos na Invasão do Bom Jesus, em Imperatriz. **Angra Notícias**, Imperatriz, 08 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.blogdaangra.com.br/noticia/469/continuam-prejuizos-na-invasao-do-bom-jesus>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

NASCIMENTO, Angra. Justiça determina desapropriação da invasão do Bom Jesus, em Imperatriz. **Mirante**, Imperatriz, 28 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://mirante.com/imperatriz/noticias/2018/07/28/justica-determina-desapropriacao-da-invasao-do-bom-jesus-em-imperatriz.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PINTO, Hemerson. Reintegração de Posse marcada para este sábado foi adiada. **Correio**, Imperatriz, 01 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://www.correioma.com.br/noticia/4242/reintegracao-de-posse-marcada-para-este-sabado-foi-adiada>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

POLÍCIA cumpre ordem de despejo na periferia de Imperatriz. Bom dia Mirante. **Globo.com**. 01 out. de 2013. 02min19s. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/bom-dia-mirante/videos/t/edicoes/v/policia-cumpre-ordem-de-despejo-na-periferia-de-imperatriz/2858733/>>. Acesso em: 27 ago. de 2020.

RILDO Amaral denuncia "indústria da Invasão" em Imperatriz. **O Estado**, Imperatriz, 18 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://mirante.com/oestadoma/noticias/2015/11/18/rildo-amaral-denuncia-undefinindustria-da-invasaoundefined-em-imperatriz/>>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

BRDU URBANISMO. **Verona Residencial**, 2021. Página inicial. Disponível em: <<https://brdu.com.br/verona/>>. Acesso em: 27 fev. de 2021.

DOMINGO ESPETACULAR. **Achamos no Brasil**: a panelada que faz sucesso entre os sertanejos do Maranhão. São Paulo: Record, 2016. 1 vídeo (11 min 29 segs.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FdYNm9PtzQ0>>. Acesso em: 12 maio 2021.

JOIMP. JOIMP: Grupo de pesquisa, jornalismo, mídia e memória, 2021. Página inicial. Disponível em: <<http://www.joimp.ufma.br/>>. Acesso em: 20 jan. de 2021.

DOCUMENTOS

IMPERATRIZ. Lei Ordinária Municipal nº 1.121, de 9 de outubro de 2007. Autoriza a Prefeitura Municipal de Imperatriz a ceder bem público municipal que especifica à Universidade Federal do Maranhão, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Imperatriz**, Imperatriz, MA, 9 out. 2007. Disponível em: <http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/upload/leis/Lei_n%C2%BA_1211-07.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. **Relatório - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040**. São Luís, 2017.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. **Levantamento Ocupação Boa Esperança - ITZ**. São Luís, 2016.

Relatório técnico. COMISSÃO ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CAMPO E NA CIDADE – COECV/SEDIHPOP. *2018-10-10 - Resumo de Caso - 5477-06.2015.8.10.0040*. São Luís, 2018.

Relatório técnico. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR – SEDIHPOP. **Relatório de Triagem - Proc. 5477-06.2015.8.10.0040**. São Luís, 2016.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

